



As ONG do Património face aos impactos da COVID-19

Relatório

Sofia Costa Macedo¹ e Vítor Cóias²

Fórum do Património

Julho 2020

¹ Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Observatório Português das Atividades Culturais, Lisboa, Portugal e Fórum do Património; ² Fórum do Património e GeCorpa

AS ONG DO PATRIMÓNIO FACE AOS IMPACTOS DA COVID-19

SUMÁRIO EXECUTIVO

Neste relatório apresentam-se os resultados de um inquérito realizado pelo Fórum do Património entre 13 de abril e 30 de junho de 2020 às ONG que assinaram a Declaração Final do Fórum do Património 2017, sobre o impacto da pandemia da COVID-19 sobre o património e Gecultural construído (PCC), procurando a perspetiva das ONG que sobre ele trabalham. Trata-se de um inquérito com três perguntas de resposta aberta que procurou identificar os principais impactos sobre o PCC na perspetiva dos cidadãos, que medidas devem ser tomadas pelos organismos da tutela do património e que ações podem e devem os cidadãos fazer para a salvaguarda e valorização do PCC.

Foram inquiridas 49 Organizações Não Governamentais que operam na área do Património Cultural. Responderam ao inquérito 17 entidades, sendo este também o mesmo número de respostas obtidas para todas as perguntas. A análise das respostas obtidas é qualitativa e organiza-se segundo um conjunto alargado de 19 temáticas.

De acordo com a grelha de análise construída a partir das respostas das ONG, os principais resultados são os seguintes:

Quanto aos impactos sobre o PCC decorridos da pandemia:

- A pandemia criou problemas, mas também gerou oportunidades;
- Os problemas não surgiram com a pandemia, mas agravaram-se com ela;
- Preocupação com a relação do património com o turismo e a excessiva submissão das práticas patrimoniais às lógicas turísticas em que a perda de turistas conduz à perda de receitas;
- Interrupção dos trabalhos de conservação e restauro no PCC, decorrido em parte da perda de visitantes e da conseqüente perda de rendimentos; de investigação e de valorização, como por exemplo os inventários patrimoniais;
- Preocupação com a não fruição do património;
- Risco de destruição e abandono do PCC;
- A ausência de estratégias claras, sólidas e participadas de salvaguarda, gestão e promoção refletiu-se de forma mais marcada em época de pandemia, com destaque para a falta de intervenção sobre o património;
- Redução da participação das comunidades nos processos de salvaguarda do património;
- Oportunidades:
- Mais formação;
- A paragem das obras de construção civil, significou ainda que intervenções lesivas tivessem também estas sido interrompidas;
- Oportunidade trazidas pelo mundo digital na congregação de pessoas em torno do tema;

Quanto a medidas a serem implementadas:

- Mais intervenção das entidades governativas nos vários níveis (central, regional, local), com uma maior ligação entre estes vários níveis;

- Debate mais alargado sobre modelos de gestão do património;
- Revisão e atualização da legislação existente, com criação de legislação específica para apoiar as ONG;
- Inserção das ONG nas estruturas e estratégias de administração do PCC;
- Mais apoios financeiros e mais apoio jurídico para as ONG;
- Inserção das ONG nos projetos de valorização do património, como por exemplo na realização de inventários;
- Promover a acessibilidade ao património através de recursos digitais e apostar em estratégias de Educação Patrimonial;
- Existência de informação clara e precisa, por parte das tutelas, sobre o que o património deve fazer após a pandemia.

Relativamente às ações que cidadãos e ONG podem e devem fazer:

- Maior sensibilização dos cidadãos e das comunidades por parte das ONG;
- Ações de divulgação do património;
- Ações de formação em vários níveis e tipos de aprendizagem (forma, informal, não-formal);
- Vigilância ativa do património pelos cidadãos;
- Criação de serviços e recursos partilhados entre as ONG como serviços técnicos, financeiros e jurídicos;
- Plataformas que agregam as associações;
- Estratégia de comunicação com entidades governativas e com meios de comunicação social;
- Benefícios fiscais para quem reabilite património e para quem participe nas ONG;
- Uma ação como base em modelos de “Boas Práticas”.

Uma vez que o inquérito permanece disponível para futuras respostas, é desejável recolher as opiniões dos cidadãos, por via das suas ONG, sobre os efeitos da COVID-19 no património cultural.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Método.....	1
2. RESULTADOS.....	2
2.1. Formas nas quais se vai ressentir o PCC	6
2.2. Medidas a tomar pelos órgãos da tutela	11
2.3. Ações a desenvolver pelos cidadãos através das suas ONG	16
2.4. Observações.....	20
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA.....	22
5. ANEXOS	23
5.1. Anexo I. Grelha temática	23
5.2. Anexo II. Declaração Final Fórum do Património 2017	25

1. INTRODUÇÃO

A pandemia que inesperadamente surgiu e se expandiu por todo o mundo, causando grande sofrimento e perda de vidas, teve um forte impacto sobre os mais diversos domínios, e o Património Cultural, incluindo a sua vertente construída, não foi exceção.

Ainda estão por estimar as consequências da pandemia na salvaguarda do património cultural que se preveem de uma forma alargada: desde as construções vernáculas, as aldeias tradicionais, as casas antigas, nobres e senhoriais, os centros e bairros históricos das vilas e cidades, os edifícios históricos, até aos monumentos e sítios e às paisagens culturais. Numa primeira referência, os monumentos e museus portugueses foram encerrados ao público a 14 de março, só reabrindo a 18 de maio de 2020, mas não de uma forma global.

A Comissão Coordenadora (CC) do Fórum do Património (FP) entende, por isso, que se justifica promover, entre as ONG que subscreveram a Declaração Final do Fórum de 2017, uma reflexão sobre os impactos da COVID-19 na salvaguarda do Património Cultural no seu todo e, em particular, na sua vertente construída (PCC). Importa aferir a opinião dos cidadãos sobre que impactos sobre o património, que estratégias a seguir e que medidas a implementar pelas tutelas e que ações podem os cidadãos desempenhar para minimizar os impactos da COVID-19 sobre o PCC. É a estas três perguntas que este relatório procura responder.

O Fórum do Património tomou como referência a auscultação promovida pela *Europa Nostra* aos seus membros – na maioria ONG da área do património - no sentido de obter uma melhor e mais completa compreensão não só dos efeitos, como das reações à pandemia e das necessidades específicas do sector do património face a esta situação. O questionário do Fórum do Património vem assim complementar a auscultação feita pela *Europa Nostra* e acrescenta dados novos aos estudos nacionais sobre os impactos da COVID-19 sobre o Património Cultural em Portugal (Neves, Macedo, Lima, Santos e Miranda, 2020).

1.1. Método

A fonte para os resultados que se apresentam é um questionário especificamente elaborado para este efeito enviado por *email* a todas as entidades que assinaram a Declaração Final do Fórum do Património 2017¹, com preenchimento pelos responsáveis das ONG e subsequente devolução à CC do FP.

O questionário inclui três perguntas, abertas, de resposta facultativa, em que se solicitavam as opiniões das ONG do património cultural. A recolha de informação decorreu entre 13 de abril e 30 de junho de 2020.

¹ O total de entidades subscritoras era em dezembro de 2019, de 49. A lista das entidades subscritoras está disponível em <https://www.forumdopatrimonio.org/subscritoras/>.

As perguntas são as seguintes:

1. De que forma(s) vai o PCC ressentir-se, em particular, na área de influência das sua ONG?
2. Que medidas devem ser tomadas pelos órgãos da tutela (administração central, regional e local) para mitigar os efeitos?
3. Que ações devem os cidadãos desenvolver, através das suas ONG, com vista à salvaguarda do Património?

Foi ainda incluído um campo de Observações, aberto para outras considerações que as ONG quisessem expressar.

As respostas foram tratadas e estudadas com base numa análise de conteúdo, tendo como unidade de análise frase. Este modelo seguiu, aliás, a proposta para análise de respostas do estudo (Neves, Macedo, Lima, Santos e Miranda, 2020). Foram identificados temas de primeiro nível, que se desdobram em temas de segundo nível (ver anexo I).

Foram inquiridos todas as ONG que subscreveram a Declaração Final do Fórum do Património 2017 (em anexo II), ou seja, 49, das quais 17 responderam ao questionário. A recolha das opiniões mantém-se, embora os resultados expressos neste relatório apenas contemplam as respostas submetidas até 30 de junho de 2020. O processo de análise das opiniões expressas teve por base 17 respostas à primeira pergunta, 17 respostas à segunda, e 17 respostas à terceira questão, taxas de resposta de 100%. No caso das observações, apenas 3 ONG preencheram este campo.

2. RESULTADOS

A análise de resultados organiza-se segundo os 19 temas de primeiro nível. As quantificações das respostas para as três questões apresentam-se nos quadros 1, 2 e 3. Os dados resultam da inclusão nos diversos temas das respostas válidas, a inclusão nos temas das respostas não é exclusiva.

Quadro 1. Quantificações das respostas por temática: de que formas vai o PCC ressentir-se

Temática	Número de respostas
Economia do Património	18
Salvaguarda e Valorização	13
Políticas Públicas	11
Investigação	5
Participação da Comunidade	2
Oportunidades	9
Respostas à pergunta 1 (Taxa de resposta)	17 (100%)

Fonte: FP, *As ONG do Património face aos impactos da COVID-19*, 2020.

Numa primeira leitura dos resultados, confirma-se uma prioridade atribuída pelas ONG aos problemas relacionados com a economia do Património, sobretudo nas questões ligadas com o setor do Turismo (Quadro 1).

Identificaram também, com bastante expressividade, dificuldades nas ações de

Salvaguarda e Valorização, com chamadas de atenção para a degradação, destruição ou inexistência de projetos de conservação do património.

As políticas públicas são outra área temática muito referida pelas ONG e com menos relevância matéria da participação da comunidade enquanto elemento de ressentimento para o PCC.

As ONG identificam, de forma expressiva, para além de problemas, também oportunidades decorrentes da COVID-19 para o património cultural.

Quanto aos impactos sobre o PCC decorridos da pandemia, os principais resultados indicaram que a pandemia criou problemas, mas também gerou oportunidades. Relativamente aos problemas surgidos, os principais resultados foram os seguintes:

- Os problemas não surgiram com a pandemia, mas agravaram-se com ela;
- Preocupação com a relação do património com o turismo e a excessiva submissão das práticas patrimoniais às lógicas turísticas em que a perda de turistas conduz à perda de receitas;
- Interrupção dos trabalhos de conservação e restauro no PCC, decorrido em parte da perda de visitantes e da conseqüente perda de rendimentos; de investigação e de valorização, como por exemplo os inventários patrimoniais;
- Preocupação com a não fruição do património;
- Risco de destruição e abandono do PCC;
- A ausência de estratégias claras, sólidas e participadas de salvaguarda, gestão e promoção refletiu-se de forma mais marcada em época de pandemia, com destaque para a falta de intervenção sobre o património;
- Redução da participação das comunidades nos processos de salvaguarda do património;

No campo das Oportunidades:

- Mais formação;
- A paragem das obras de construção civil, significou ainda que intervenções lesivas tivessem também estas sido interrompidas;
- Oportunidade trazidas pelo mundo digital na congregação de pessoas em torno do tema;

Quadro 2. Quantificações das respostas por temática: medidas a tomar pelos órgãos da tutela

Temática	Número de respostas
Gestão do PCC	13
Legislação	11
Capacitação das ONG	8
Governança do PCC	7
Acessibilidade do património	5
Apoio para o período pós COVID-19	4
Património e Turismo	3
Respostas à pergunta 2 (Taxa de resposta)	17 (100%)

Fonte: FP, *As ONG do Património face aos impactos da COVID-19*, 2020.

Relativamente às medidas apontadas pelas ONG como tendo que ser aplicadas pelas entidades da tutela, em vários níveis – central, regional, local - as ONG indicam maioritariamente medidas ao nível da gestão do património cultural, assim como identificam a necessidade de medidas (criação, revisão ou atualização) de medidas legislativas. Também a capacitação das ONG é uma medida apontada por estas organizações, com destaque para a necessidade de mais apoios financeiros e a

desburocratização dos regimes de acesso das ONG a linhas de financiamento. Com menos expressividade identificam-se medidas no campo da Governança do Património, e as que são apontadas relacionam-se com a participação das ONG nos processos relacionados com PCC.

Medidas de acessibilidade ao património são ainda consideradas como sendo necessárias, sendo referida a questão da acessibilidade digital.

Com menos incidência nas respostas estão as medidas específicas de apoio ao PCC no período pós COVID-19, referenciando sobretudo os monumentos dotados de uma fruição pública e ainda as medidas tendentes a uma revisão da relação entre o PCC e o setor do turismo.

Quanto a medidas a serem implementadas, os principais resultados são os seguintes:

- Mais intervenção das entidades governativas nos vários níveis (central, regional, local), com uma maior ligação entre estes vários níveis;
- Debate mais alargado sobre modelos de gestão do património;
- Revisão e atualização da legislação existente, com criação de legislação específica para apoiar as ONG;
- Inserção das ONG nas estruturas e estratégias de administração do PCC;
- Mais apoios financeiros e mais apoio jurídico para as ONG;
- Inserção das ONG nos projetos de valorização do património, como por exemplo na realização de inventários;
- Promover a acessibilidade ao património através de recursos digitais e apostar em estratégias de Educação Patrimonial;
- Existência de informação clara e precisa, por parte das tutelas, sobre o que o património deve fazer após a pandemia.

Quadro 3. Quantificações das respostas por temática: ações a desenvolver pelos cidadãos

Temática	Número de respostas
Educação Patrimonial	9
Ligação entre cidadãos	9
Ações específicas	8
Empoderamento das ONG	7
Serviços e Recursos Partilhados	6
Comunicação	6
Respostas à pergunta 3 (Taxa de resposta)	17 (100%)

Fonte: FP, *As ONG do Património face aos impactos da COVID-19*, 2020.

No campo das ações que podem e devem ser desenvolvidas pelos cidadãos, as ONG apresentam respostas mais variadas e menos concentradas em temas específicos (Quadro 3). De uma forma mais ou menos global, ações no âmbito da Educação Patrimonial são mais frequentes nas respostas das ONG, que consideram uma definição mais global de Educação Patrimonial “um processo permanente e

sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. (...) é um instrumento de «alfabetização cultural» que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (Horta, 1999: 6).

A procura de formas mais ativas de ligar e “engajar” os cidadãos na matéria da salvaguarda do património também acolhe um conjunto expressivo de respostas, sobretudo no campo da vigilância ativa.

A existência de ações tendentes à criação de Serviços e Recursos Partilhados é mais referente ao trabalho das ONG, que se veem assim como representantes da opinião dos cidadãos, reclamando para si esta capacitação.

Uma referência interessante foi a indicação da necessidade de mais ações no campo da Comunicação em vários níveis.

Relativamente às ações que cidadãos e ONG podem e devem fazer, os principais resultados são os seguintes:

- Maior sensibilização dos cidadãos e das comunidades por parte das ONG;
- Ações de divulgação do património;
- Ações de formação em vários níveis e tipos de aprendizagem (forma, informal, não-formal);
- Vigilância ativa do património pelos cidadãos;
- Criação de serviços e recursos partilhados entre as ONG como serviços técnicos, financeiros e jurídicos;
- Plataformas que agregam as associações;
- Estratégia de comunicação com entidades governativas e com meios de comunicação social;
- Benefícios fiscais para quem reabilite património e para quem participe nas ONG;
- Uma ação como base em modelos de “Boas Práticas”.

2.1. Formas nas quais se vai ressentir o PCC

Uma segunda leitura dos resultados, mais aprofundada, segue um modelo comum em que para cada temática apresenta-se um breve comentário analítico seguido da transcrição de excertos ilustrativos a partir das respostas obtidas. O perfil da ONG é apresentado a seguir ao excerto².

Foram obtidas 17 respostas para esta questão. A análise das respostas obtidas permitiu identificar grandes temas que estão no centro das preocupações das ONG relativamente aos efeitos sobre o PCC.

A primeira área de preocupação relaciona-se com a **questão económica do património cultural**. Nessa área, a primeira reflexão que as ONG realizam é sobre os resultados da submissão do património cultural a uma lógica meramente turística:

“Consideramos que é possível que o PCC se venha a ressentir com a situação atual; além de terem estado fechados (ou ainda estarem) e virem a reabrir com condicionamentos, muitos estavam totalmente dependentes do turismo”
[#8; APAC]

“A crise no turismo, eixo que sustentou o modelo de desenvolvimento da área inscrita como património mundial”.
[#16; QSintra]

Acompanhada deste reflexão as ONG reconhecem que este modelo continua a prevalecer e apresenta riscos que vão incidir de forma marcante sobre o património cultural

“Em contrapartida, o Património Cultural Construído das regiões e centros menos atingidos pela pandemia - caso do Alentejo - estará em situação de risco com a sua reutilização para alojamento dos fluxos turísticos que irão afluir às cidades e vilas alentejanas em grande escala.”
[#3; ACER]

“Ainda a reconstrução do maior moinho de maré e respectiva caldeira e de duas casas senhoriais e armazéns, sendo que tudo é pensado como hotel e restaurante para turistas.”
[#1; ABMPF]

Ainda no domínio económico, as ONG de uma forma geral e global, apontam como sendo capaz de afetar o património cultural construído, a falta de investimento.

“Face ao estado atual, prevê-se que o cenário se mantenha ou que se verifique uma diminuição no investimento.”
[#11; CdT]

“Do ponto de vista negativo, desinvestimento na conservação e renovação do PCC.”
[#12; INTBAU-P]

² Os perfis seguem a seguinte composição e sequência: [nº da resposta, ONG]. Embora o relatório siga o acordo ortográfico em vigor, nos excertos transcritos manteve-se a redação dos interlocutores do estudo.

Com bastante expressividade, as ONG focam a perda de visitantes – e a conseqüente perda de rendimentos daí advindos, como uma das formas que vai afetar de forma negativa o PCC, sobretudo porque vai afetar a capacidade de intervenção em matéria da sua conservação, restauro e valorização. Não é apenas na perda de rendimentos que se prevê que o PCC se ressentirá, mas também na diminuição da capacidade de fruição do mesmo pelas comunidades locais.

“Acentuação da inexistência de medidas de valorização decorrentes da perda de rendimento e receita dos edifícios, conjuntos e sítios, sobretudo nos sítios com uma vertente de abertura e fruição pública.”

[#9; APAI]

“Devido ao covid19 vai-se ressentir sobretudo no seu usufruto nos meses mais próximos, muito do qual estará encerrado ou fortemente condicionado a usos de pequenos grupos e horários mais restritos.”

[#15; CECHAP]

“O pcc na sua vertente já protegida, só se ressentirá do fato de os visitantes ou locais não o poderem desfrutar.”

[#14; ADDPCTV]

“O impacto económico causado pelo COVID-19 no setor do artesanato está a revelar-se muito forte e altamente gravoso para os diversos agentes do setor, pela redução do número de turistas nacionais e estrangeiros que são importantes consumidores e, sobretudo, pelo adiamento/cancelamento de feiras e certames em todo o país.”

[#49; CEARTE]

As ONG chamam ainda a atenção, embora com menos expressão, para o risco da submissão desregada do PCC à indústria imobiliária, ancorada numa perspetiva de retoma económica num cenário pós COVID-19.

O facilitismo na aprovação de projectos considerados de mais valia económica poderá colocar o nosso PCC ainda mais em risco, seja na sua completa destruição, ou desvirtuando-o com supostas "reabilitações/reconstruções".

[#5; ADPA]

De uma forma abrangente, as ONG identificam como sendo outra questão importante para um provável ressentimento do PCC, as matérias da **Salvaguarda e Valorização**. A principal preocupação manifesta-se perante a paragem ou abrandamento de projectos de valorização do património. Esta é, aliás, uma preocupação transversal a grande parte das ONG que responderam a este inquérito.

“(…) que poderá levar à estagnação da reabilitação do património construído.”

[#7; ADPS]

“Acentuação da inexistência de medidas de valorização.” ~
[#9; APAI]

“(...) os apoios que estavam concedidos para alguma recuperação do património irá certamente ficar na gaveta, prejudicando a respetiva recuperação (...)”
[#2; ACAB]

Outra das grandes questões apontadas que levam ao ressentimento do património cultural em época de pandemia é a maior dificuldade em ações de conservação.

“Há um conjunto de ações de intervenção objetiva e urgente na manutenção e conservação nesse património em geral que, ainda antes da pandemia, era urgente colocar na agenda (e que passa por encontrar fundos, nomear tutores e avançar com trabalhos), que agora será mais difícil.”
[#6; ADEP]

O abandono, degradação e destruição do património construído são também apontadas pelas ONG como um dos fatores mais relevantes para que o património cultural se venha a ressentir, derivado sobretudo de uma ausência ou diminuição de fiscalização, de ações de vigilância e ainda do aumento do vandalismo em sítios que estão abandonados.

“Corre-se o risco de haver destruição de património construído, na medida em que a vigilância por parte da população é menor. Práticas habituais podem ocorrer em maior nº: retirada de telhados que, aos poucos, vão causando a degradação do interior dos edifícios antigos criando, mais tarde, a condições para que seja solicitada a demolição integral do interior, com perda de elementos da arquitectura original.”
[#13; ASPA]

“Isto significa o risco acrescido de se realizarem intervenções destruidoras e desrespeitadoras dos diversos valores do património industrial, feitas de uma forma menos pública e, portanto, mais isenta de responsabilização e mitigação. Aumento do vandalismo em unidades que ficaram com ainda menor segurança, com consequências na degradação da infraestrutura, roubo de património móvel, e destruição de arquivos.”
[#9; APAI]

Ainda no âmbito da salvaguarda e valorização as ONG identificam a paragem na aplicação de medidas de salvaguarda do património, nomeadamente inventariação de bens culturais e de classificação de bens culturais, como sendo uma ação que potencialmente conduz a perdas no património cultural construído.

Um outro tema que foi apresentado pelas ONG está relacionado com as **Políticas Públicas** para o património cultural construído. De forma muito relevante e expressiva, as ONG apontam para a ausência de estratégias claras, sólidas e participadas de salvaguarda, gestão e promoção do património, como sendo um motivo conducente a uma perda de valor para o PCC.

“(...) não existe uma visão de conjunto sobre o que fazer (...)”
[#1; ABPMF]

“Além da situação pré-existente à actual crise, caracterizada por falta de recursos e de lideranças competentes nos organismos públicos responsáveis pelo PCC a nível nacional, regional e local, é de esperar agora ainda menor investimento na protecção do património.”
[#16; QSintra]

O poder local é indicado como sendo um dos responsáveis pela falta de intervenção no património cultural.

“(…) em Braga verificou-se uma outra situação no início da pandemia: o vereador do ambiente anunciou o abate de árvores em zonas residenciais urbanas.”
[#13; ASPA]

“Quanto ao restante, a anterior crise já nos havia dado essa oportunidade, infelizmente isso pouco mudou as práticas ao nível da Câmara Municipal de Torres Vedras.”
[#14; ADDPCTV]

“(…) corremos o risco que a Câmara opte por incentivos desenvolvimentistas, querendo viabilizar a todo o custo a retoma do turismo e sacrificando ainda mais o território classificado.”
[#16; QSintra]

É ainda colocada como um problema uma afetação ao interesse privado do património cultural, sobretudo o classificado, embora este seja um tema não muito expressivo nas respostas das ONG.

“(…) é necessário o investimento privado e porque são estes que possuem o dinheiro, é a eles que cabe decidir o que fazer.”
[#1; ABPMF]

Um outro tema, apontado pelas ONG como sendo passível de trazer problemas ao património cultural é a questão da **Investigação**. As ONG apontam para a existência de uma diminuição ou paragem da investigação em património cultural, quer pela diminuição do número de investigadores, quer pelas restrições de acesso aos instrumentos variados de investigação, desde arquivos e bibliotecas a escavações arqueológicas. A redução do número de técnicos que apoiam os projectos em património é também indicada pelas ONG, como sendo um fator negativo.

“Atrasos na investigação científica e perdas na qualidade da investigação realizada, devido à impossibilidade de consultar arquivos e bibliotecas.”
[#9; APAI]

“(…) desde 2001 a área do património, na CMB, de 7 técnicos para 1.”
[#1; ABMPF]

Não só é referida a questão de falta de investigadores a perda de condições para a investigação, como também a diminuição dos estudos técnicos sobre o património cultural.

“(…) deixaram de se fazer estudos técnicos, alguns multidisciplinares.”
[#1; ABMPF]

“(...) obrigatoriedade de escavação arqueológica, o que só muito dificilmente se tem vindo a verificar.”
[#14; ADDPCTV]

Embora como menos expressão nas respostas, o envolvimento e participação da comunidade no património cultural é outras das questões apontadas pelas ONG como tendo conhecido um abrandamento, já de si parco, quer em termos de participação das ONG nos processos patrimoniais, quer nos projectos de envolvimento do património com as comunidades. São indicadas como sendo nocivas as paragens dos projectos de ligação do património com as comunidades.

“Paragem de acções de proximidade entre a comunidade e o património construído, com agravamento para aqueles sem acesso a plataformas online onde possam encontrar alternativas.”
[#9; APAI]

São também referidas pelas ONG a ausência da participação cívica e com algum interesse, apontados os riscos da existência de uma possível inação nas ONG em face da situação de pandemia.

“(...) a população e a Associação nunca são chamadas a debater ou ajudar a encontrar soluções (...)
[#1; ABMPF]

“Acredito assim que em muitas situações o PCC poderá sofrer em consequência das ONG' do Património se virem obrigadas a escolher a inacção de modo a sobreviver financeiramente.”
[#5; ADPA]

As ONG apontam ainda algumas **Oportunidades** decorrentes da pandemia para o património cultural construído. Uma das oportunidades apontadas relaciona-se com as vantagens trazidas pelos meios digitais na abertura de possibilidades formativas na área do PCC.

“Salienta-se ainda o aspecto positivo da oferta de formação e divulgação em plataformas online, que permitiram elevados níveis de presença e participação há muito não registados presencialmente.”
[#9; APAI]

“Além disso, a necessidade de mão de obra qualificada leva à educação e formação neste tipo de construção, contribuindo não apenas para melhorar as qualificações dos diversos intervenientes construção, mas também para preservar e dar continuidade ao património e legado cultural local.”
[#11; CdT]

No campo da intervenção física, mantém-se a possibilidade de execução de trabalhos de valorização e é indicado com alguma expressividade que a paragem generalizada provocada pela pandemia trouxe também a paragem de ações lesivas no património cultural, porque os trabalhos

foram interrompidos, sendo isto visto como uma grande oportunidade decorrente da COVID-19.

“A promoção e valorização deste tipo de construção pode contribuir para uma redistribuição e descentralização das economias, uma vez que são materiais de produção local e necessitam de mão de obra local.”

[#11; CdT]

“O Património Cultural Construído do Porto e Lisboa, que tem sido gravemente afectado por reabilitações visando o alojamento turístico, poderá ser salvaguardado das intervenções lesivas (...)”

[#3; ACER]

“(...) interrupção de projectos de empreendimentos turísticos que já estavam em marcha e ao cancelamento de outros. O que poderá acabar por ter um impacto positivo se se aproveitar esta crise para uma mudança de paradigma.”

[#16; QSintra]

Chama-se ainda a atenção para as oportunidades de congregar mais pessoas em torno do património cultural por via digital, identificando os benefícios da utilização dos meios digitais no património cultural.

“Há assim uma oportunidade de congregar pessoas em iniciativas de natureza variada (investigação, disseminação e até co-criação) que estão mais disponíveis para participar em debates sobre património cultural devido á apropriação mais lata das ferramentas digitais disponíveis.”

[#9; APAI]

Há ainda respostas que não contemplam a existência de dificuldades, apenas atrasos na execução de projectos patrimoniais

“(...) não podemos concluir que estejam em risco os mais importantes projetos de estudo, salvaguarda e valorização em curso, todos eles de iniciativa municipal (...)”

[#4; ADALoures]

2.2. Medidas a tomar pelos órgãos da tutela

Foram obtidas 17 respostas para esta questão. A análise das respostas obtidas permitiu identificar conjuntos de medidas apontadas pelas ONG tendentes a mitigar os efeitos da pandemia COVID-19 no património cultural construído.

Um primeiro conjunto de medidas indicadas corresponde a questões da esfera da **Gestão do Património**. É pedida uma maior intervenção por parte das entidades governativas no património cultural, em vários níveis da administração (nacional/regional/local). É ainda pedida uma maior interação entre os vários níveis da administração, sobretudo uma maior ligação entre poder central e local para as questões do PCC.

“As medidas estão tomadas (leis), no nosso caso gostaríamos que DGPC tivesse um quadro reforçado por forma a fazê-las respeitar.”
[#30; ADDPCTV]

“Pós pandemia pensamos que no caso de pequenas intervenções, devem alocar meios financeiros e delegar em entidades como as ONG, sendo que estas deveriam beneficiar de um outro estatuto, mais creditório, junto da administração central e local: DGPC, IPA, Tutela dos Museus, ICN, CCDR´s., Municípios, etc.”
[#22; ADEP]

“Os responsáveis locais devem lembrar o poder central que embora os problemas da COVID-19 sejam os mais prementes, os problemas do património não devem ficar esquecidos.”
[#18; ACAB]

Um debate mais alargado sobre os modelos de gestão para o património cultural é outra das medidas que foram apontadas pelas ONG, procurando debates mais inclusivos e integradores.

“Criar oportunidades de discussão para a redefinição do modelo de gestão do património cultural em Portugal.”
[#25; APAI]

“(…) promover a reflexão sobre o modelo de gestão do bem comum e do território classificado, o tipo de turismo que se deve estimular e as formas objectivas de preservar o património enquanto território vivo e habitado.” (QSintra)
[#32; QSintra]

Uma outra medida no âmbito da gestão do património é o alargamento e a disponibilização de mais linhas de financiamento governamentais para o património cultural.

“Os órgãos da tutela deveriam estabelecer uma linha de financiamento para a reabilitação do património.”
[#28; INTBAU-P]

Como outras medidas no âmbito da gestão do património, embora apontadas com menor relevância, são referidas a necessidade de travar o crescimento desordenado dos núcleos urbanos que afetam os valores patrimoniais, a necessidade de impedir usos desadequados para o património e ainda se pede que a intervenção em património seja feita por pessoas qualificadas para tal.

“(…) valorizando o necessário equilíbrio dos vários usos e, simultaneamente, travar o crescimento desordenado dos aglomerados urbanos e os usos inadequados no PCC.”
[#28; INTBAU-P]

“(…) que a equipa técnica dos serviços municipais de centro histórico que faz o diagnóstico a edifícios com valor arquitectónico, integre gente com formação multidisciplinar, para além da arquitectura e eng. civil, recorrendo, por hipótese, a especialista em restauro (que poderá ser requisitado a um museu concelhio) e alguém de história de arte.”
[#29; ASPA]

Um outro conjunto de medidas amplamente requerido pelas ONG relaciona-se com a matéria da **Legislação**. No centro das preocupações está quer a inexistência de legislação, quer uma necessária atualização da mesma, referenciando-se uma muito necessária regulamentação da legislação existentes.

“A pouca legislação, carênciada da devida regulamentação, na área da protecção do Património.”

[#17; ABPMF]

“Actualizando legislação relativa PCC, sobretudo no que respeita às coimas e punições efectivas devendo ser endurecidas, certamente ajudaria a travar abusos. Simples aplicação e cumprimento da lei.”

[#21; ADPA]

“Para proteger o edificado com valor arquitectónico, agora e em qualquer momento do ano, é essencial que haja normativos de âmbito nacional.”

[#29; ASPA]

Pede-se também a existência de legislação de protecção às associações de defesa do Património, que lhe confirmem direitos claramente definidos e uma protecção jurídica.

“Legislação de protecção às Associações (...)”

[#17; ABPMF]

Ainda no campo das medidas de mitigação, as ONG indicaram também como sendo necessário a aplicação de medidas tendentes à **Capacitação das ONG**. Dentro deste âmbito salienta-se a necessidade de existência de apoios financeiros às associações para que estas possam desenvolver o seu trabalho, a criação de estruturas comuns técnico-científicas que possam dar apoio, inclusive em questões jurídicas e de acesso a financiamento a fundos estruturais. As ONG indicam que estes apoios financeiros devem ser mais diretos e propõem uma simplificação e desburocratização do acesso das ONG a linhas de financiamento, sobretudo devido à sua escala e dimensão.

“(...) apoios monetários a que pudessem concorrer.”

[#17; ABPMF]

É imprescindível medidas de estímulo e apoio para o setor do artesanato, sob a forma de ajudas diretas (...) se impõe e justifica a tomada de medidas excepcionais, desenhadas à medida do setor, que permitam mitigar os efeitos do cancelamento de feiras e mercados de artesanato, originado pela pandemia COVID-19, as quais devem primar pela simplificação de acesso e desburocratização.”

[#50; CEARTE]

A promoção e realização de ações de esclarecimento e ações de formação, no plano interno para as associações é outra das medidas apontadas pelas ONG, que também indicam como sendo importante a existência de um espaço de intervenção junto dos meios de comunicação social, de fácil acesso. Com mais relevância surge a proposta para inclusão em estratégias de

salvaguarda do património, chamando-se a atenção para a necessidade de ancorar a realização dos inventários patrimoniais nas ONG.

“Assegurar que existe de facto um Inventário abrangente do Património Cultural Construído, tornando-o um eficaz instrumento de promoção do conhecimento e de gestão e planeamento urbano. Esta acção pode e deve ancorar-se nas ONGs do património.”

[#25; APAI]

“Em segundo lugar, promover esclarecimentos e acções de formação.”

[#31; CECHAP]

Um outro conjunto de medidas apontadas pelas ONG como sendo necessárias para mitigar os impactos da pandemia do COVID-19 relaciona-se com o tema da **Governança do Património**, sobretudo com a inclusão das ONG nas estratégias e estruturas de administração do património cultural em Portugal. As ONG pedem uma avaliação realista da situação, que seja capaz de sustentar a definição de estratégias para a mitigação da pandemia no caso do PCC. Estas estratégias, na opinião das ONG, devem incluir estas organizações, e devem ainda ser tomadas medidas no sentido de uma integração das ONG nas estruturas decisivas da tutela, com uma alocação de meios financeiros às ONG para a execução de projectos concretos.

“Deve ser feita uma avaliação o mais realística possível da situação, ou seja, dos efeitos causados pela pandemia e pelas medidas tomadas para a diminuição do impacto do surto.”

[#24; APAC]

“Adopção de uma estratégia que privilegie a cooperação e integração das ONG's do Património, nos processos envolvendo o PCC por parte dos órgãos da tutela, seria um grande avanço a todos os níveis.”

[#21; ADPA]

“(…) que os conselhos municipais de salvaguarda do património integrem, obrigatoriamente, associações de defesa do património.”

[#29; ASPA]

“Pós pandemia pensamos que no caso de pequenas intervenções, devem alocar meios financeiros e delegar em entidades como as ONG, sendo que estas deveriam beneficiar de um outro estatuto, mais creditório, junto da administração central e local.”

[#22; ADEP]

Medidas mais concretas são apresentadas em relação à **Acessibilidade do Património**. Esta acessibilidade é vista no sentido de um maior acesso por parte das comunidades aos valores patrimoniais, apostando, por exemplo, em projectos de digitalização do património e na criação de plataformas digitais onde seja possível um melhor e mais alargado acesso por parte dos cidadãos. Esta acessibilidade ao património deve ser considerada de uma forma diferente,

destinado o PCC ao usufruto público e comunitário; apostando ainda em estratégias educativas que levem a mais acessibilidade aos valores culturais.

“Destinar o PCC ao usufruto público e comunitário (...)”
[#32; QSintra]

“O Estado português é detentor de um relevante património que pode ser reutilizado para funções públicas.”
[#29; ASPA]

“Investir em projectos de digitalização do património cultural [...] e em plataformas de partilha desse conhecimento.”
[#25; APAI]

“Tomar posição clara na valorização cultural do nosso PCC, sendo a (re)educação dos mais novos uma das prioridades.”
[#21; ADPA]

Para o período **pós COVID-19**, um número menor de ONG indica que são necessárias medidas que apoiem as estruturas patrimoniais a fazer essa adaptação. Em primeiro lugar com a existência de informação clara, precisa e de uma forma global, emitida pelas autoridades competentes, para funcionamento do património no período de mitigação dos impactos. No caso de monumentos abertos ao público, estes apoios devem incluir ajuda técnica na sua reabertura, assegurando a segurança dos sítios e visitantes. O reforço financeiro deve também ser contemplado.

“Transmitir instruções claras e informadas para o funcionamento e operação do setor do património cultural, sobretudo o que tem funções de fruição pública.”
[#25; APAI]

“A administração central e regional, deve emanar directrizes funcionais para uniformizar os funcionamentos e as regras de segurança a ter em conta.”
[#31; CECHAP]

“Em casos mais concreto, fornecer ajudada técnica aos diferentes agentes culturais na implementação das medidas impostas pela DGS para, por exemplo, a reabertura de alguns monumentos.”
[#24; APAC]

Com menor incidência, as ONG referem ainda a necessidade de medidas relativamente à ligação entre o **Turismo e o Património**, elencando a necessidade de definir e implementar estratégias que conduzam a uma menor dependência económica, por parte do PCC, do setor do turismo ou ainda apontando como sendo necessário o controlo dos fluxos turísticos.

“Planear estratégias para reduzir a dependência exagerada que o património cultural tem do turismo, promovendo e apoiando outros meios de rendimento menos oscilantes.”
[#25; APAI]

“Se a economia do País estivesse estruturada de modo a ser menos externamente dependente dos fluxos turísticos, poderíamos esperar dos órgãos da tutela uma preocupação em evitar a reorientação do curto prazo e a saturação do longo prazo.”
[#19; ACER]

2.3. Ações a desenvolver pelos cidadãos através das suas ONG

Foram obtidas 17 respostas para esta questão. A análise das respostas obtidas permitiu identificar conjuntos de medidas apontadas pelas ONG no sentido de reforçar e potenciar a ação dos cidadãos na salvaguarda do património.

Uma primeira linha de ação, amplamente referenciada pelas ONG, é a **Educação Patrimonial**, a educação pelo e para o património cultural. Neste campo são indicadas como essenciais a realização de ações de sensibilização através da divulgação dos bens patrimoniais.

“(…) prosseguir com as suas acções de advertência e sensibilização, com a lúcida noção das prioridades, nestes tempos de pandemia.”
[# 36; ADALoures]

“Todas as ações que possam chamar a atenção dos demais cidadãos e dos governantes para as vantagens no investimento do PCC.”
[#44; INTBAU-P]

As ações de sensibilização e divulgação são complementadas com ações de formação em vários níveis educativos e em diferentes estratégias de ensino (formal, informal e não-formal). A realização e o fomento de encontros para debater o património cultural são ainda apontados como ações desejáveis.

“Assim entendemos urgente que as escolas dos vários níveis retomem as visitas de estudo ao Património e que as viagens de finalistas se transformem em viagens de âmbito cultural dentro do nosso país.”
[#39; ADPS]

“É necessário educar para uma co-responsabilização na salvaguarda do património (…).”
[#40; APAC]

“(…) realizar, fomentar encontros, por zonas de proximidade, entre associações.”
[#33; ABPMF]

Uma maior **Ligação com os Cidadãos** é também proposta, insistindo em práticas e ações de vigilância ativa do património pelos cidadãos, acompanhado com a sensibilização dos cidadãos para a necessidade da sua participação na salvaguarda do património e ainda o estabelecimento de redes de proximidade entre cidadãos e ONG.

“(...) vigilância dos espaços, em articulação com as associações de defesa do património. Com atuação regular junto do município sempre que há danos no património construído.”

[#45; ASPA]

“Os cidadãos devem continuar atentos e participativos no processo de salvaguarda do seu Património.”

[#46; ADDPCTV]

“Pede-se aos cidadãos que ajam como protectores do património na área da sua comunidade, alertando as entidades competentes para situações de risco como o vandalismo e o roubo.”

[#41; APAI]

“As ONG devem criar redes de proximidade.”

[#38; ADEP]

Há ainda um conjunto de ações apontadas pelas ONG tendentes ao **“Empoderamento”** das organizações. Uma dessas ações é a existência de políticas de isenção fiscal para os membros das ONG ou o reforço do apoio a estas entidades.

“Os cidadãos associados e/ou participantes nas ações devem passar a ser beneficiários de IVA nas despesas que tenham em combustíveis, transportes, etc., o que será uma forma de valorizar e retribuir a participação.”

[#38; ADEP]

“(...) fica mais evidente a necessidade de a sociedade civil e as ONG estarem apoiadas e reforçadas para assegurar tarefas na identificação, investigação, documentação, salvaguarda e divulgação do PCC.”

[#41; APAI]

Relativamente a este empoderamento apontam-se ainda a necessidade de ações que contribuam para dar mais voz às ONG, apontando-se a inclusão das ONG nos conselhos municipais com responsabilidades sobre o património (quando estes existem).

“Participação fundamentada e criteriosa nos conselhos municipais.”

[#45; ASPA]

“(...) mais voz às associações de defesa do Património.”

[#48; QSintra]

A via judicial também é apontada como uma das ações tendentes ao empoderamento das ONG.

“(...) e sempre que este esteja em risco interpor pelos Tribunais providências cautelares de modo a evitar que os imóveis com valor histórico-cultural e artístico sejam alvo de intervenções que os descaracterizem ou mesmo os destruam.”

[#35; ACER]

Uma outra proposta das ONG como sendo necessária para o empoderamento das organizações é a qualificação e capacitação profissional dos agentes que operam no âmbito das ONG.

É também vital defender o reforço da qualificação e capacitação profissional dos agentes ligados ao artesanato a património (artesãos, artífices e técnicos)
[#51; CEARTE]

Outra resposta aponta para a criação e funcionamento de **Serviços e Recursos Partilhados** entre as ONG. No centro da questão está a necessidade de, em primeiro lugar, identificar e elencar problemas transversais às associações, para que a partir daí se possam concretizar ações.

“(...) elencar um conjunto de problemas transversais e graves.”
[#33; ABMPF]

A partir de um reconhecimento de necessidades comuns, propõe-se a existência de serviços e recursos que incluem apoio jurídico às associações de defesa do Património, e ajuda técnica para dotar as associações com informações e meios para aceder aos fundos comunitários.

“(...) concretizar a existência de uma bolsa de técnicos que consultem e difundam informação sobre fundos comunitários ou outros.”
[#33; ABPMF]

“b) Ao nível do Fórum do Património: Criar um serviço de apoio jurídico às associações de defesa do Património.”
[#48; QSintra]

“(...) e sempre que este esteja em risco interpor pelos Tribunais providências cautelares de modo a evitar que os imóveis com valor histórico-cultural e artístico sejam alvo de intervenções que os descaracterizem ou mesmo os destruam.”
[#35; ACER]

No campo dos serviços partilhados, chama-se a atenção para a criação de plataformas que agregam as organizações de Defesa do Património, que tivessem capacidade financeira para executar as suas ações

“(...) constituição de plataformas agregando as organizações representativas de Defesa do Património Cultural de vários concelhos, regiões o mesmo Países sempre que estejam em risco imóveis referência.”
[#35; ACER]

“As ONG's deveriam criar um fundo financeiro (independente do Estado) que permitisse o seu autofinanciamento. [...] A esta comissão poderia caber-lhe a definição de estratégias comuns para a aplicação dos fundos e a sua coordenação pelo território.”
[#43; CdT]

Um último conjunto de ações indicadas pelas ONG, embora com menor relevância, é uma ação mais eficaz ao nível da **Comunicação**. Estas ações de comunicação são apresentadas em três vertentes: uma com as entidades da tutela, outra linha de comunicação reflete uma necessária aproximação com os meios de comunicação social e finalmente uma linha de comunicação que aposta nas redes de contactos dos cidadãos. Ou seja, propõe-se uma estratégia de ação assente na utilização das bases associativas e um modelo de contacto a diversos níveis.

“As Ong’s não devem deixar cair no esquecimento os problemas reais do património, quer junto do poder local ou central (...)”
[#34; ACAB]

“Nos meios de comunicação (...)”
[#44; INTBAU-P]

“(...) apresentá-los ao PR, ao Primeiro Ministro, à Assembleia da República, aos órgãos de comunicação.”
[#33; ABPMF]

“(...) é lógico pensar-se nos cidadãos como eles próprios os canais de transmissão das ONG's. O alcance e impacto de uma acção, poderá ser exponencialmente aumentado utilizando os cidadãos e suas redes de contactos através de estratégias delineadas por as ONG's.”
[#37; ADPA]

São depois apontadas **Ações Específicas**, não organizadas em nenhuma área temática, mas que demonstram a capacidade das ONG de apresentaram soluções para a salvaguarda do PCC. Dentro destas ações específicas destaca-se a execução de manuais de boas práticas para a intervenção em património e a sua divulgação em larga escala.

“Também entendemos necessário que cada Município edite um manual de boas práticas para a conservação do Património do seu território (...)”
[#39; ADPS]

“(...) apostar na divulgação das boas práticas.”
[#43; CdT]

Uma das ações que as ONG propõem refletem a sua preocupação relativamente aos centros históricos e aos imóveis patrimoniais ali presentes. A revisão das regras de arrendamento dos edifícios nos centros históricos, de forma a impedir a descaracterização dos bairros históricos deve ser acompanhada por uma estratégia de fomento da habitação de longa duração nos bairros históricos e ainda uma revisão dos esquemas fiscais que permitam apoiar quem reabilite os edifícios patrimoniais.

“(...) tomar medidas no sentido das habitações entrarem no mercado de contratos de longa duração e não contratos de um ou dois meses e continuando os preços altos e especulativos.”
[#42; APPA]

“(...) casas vazias, pessoas idosas a viver sozinhas em prédios sem ninguém e muito tristes.

[#42; APPA]

“(...) através da redução do IMI premeiem os Municípios que tenham reabilitado tanto os interiores como os exteriores das suas habitações.”

[#39; ADPS]

2.4. Observações

Algumas considerações foram feitas pelas ONG, embora com muito pouca expressividade. Referem-se casos concretos de necessidades de salvaguarda e conservação do património, chamado a atenção para a diversidade tipológica do PCC.

É ainda referida a capacidade do PCC de se destacar em tempos de pandemia, quer pela sua resiliência, quer na sua adequação e resistência em tempos de dificuldades.

Salienta-se também a relevância do PCC na vida e quotidiano das comunidade e populações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira consideração reconhece que esta pandemia promoveu formas de reflexão sobre o património cultural que há muito eram necessárias. O património cultural foi analisado e perspetivado de uma forma mais sistemática e fomos todos obrigados a equacionar o seu papel nas nossas vidas, muito por via da ausência da sua fruição.

Desta forma, as ONG apontaram não só problemas, mas também oportunidades advindas desta pandemia, embora estas últimas não de uma forma transversal ao universo que respondeu ao questionário. De todas as maneiras, existe a consciência, por parte de algumas ONG, que a pandemia traz oportunidades para o património cultural construído que se materializam numa maior apropriação dos meios digitais por parte do PCC, dos quais a formação pode ser um aspeto altamente beneficiado e sobretudo pelos benefícios que as necessárias interrupções de trabalhos trouxeram para os bens culturais.

Permanecem, nas respostas dadas, mais problemas que oportunidades. Muitos dos problemas identificados não surgem com a pandemia, mas agravaram-se com ela. Um dos mais identificados foi a necessidade de repensar a ligação que o património cultural estabeleceu com a indústria do turismo, quer no sentido de ter orientado a intervenção em património para o usufruto turístico, sobretudo com a requalificação dos edifícios neste sentido, mas também com uma perda de rendimentos por via da perda de visitantes que poderá condicionar intervenções na salvaguarda e valorização dos imóveis. Se esta questão foi a mais indicada, de acordo com as ONG, a mais gravosa reside na destruição ou abandono dos bens patrimoniais, uma situação concreta que muitas ONG apontam como estando a acontecer nas suas áreas de influência. Esta destruição ou abandono ocorre por falta de vigilância ativa sobre o património, mas também pela inexistência de linhas gerais de atuação em termos de política patrimoniais, quer pelo Estado Central, mas sobretudo pelas entidades locais. As ONG, por via dos seus estatutos e missão, mantêm com o poder local relações – boas ou más – e é ainda na esfera do poder local que a intervenção em património se reclama. O desinvestimento no património cultural será assim resultado não só da inação dos poderes locais, como da inexistência de políticas públicas globais para o património em Portugal, sendo certo que o facto é que desinveste-se no património.

As ONG estão também atentas à gestão do património cultural e reclamam para si um papel mais interventivo nas estratégias de salvaguarda e valorização, quer diretamente, quer através da sua participação em estruturas governamentais em vários níveis. É necessário dar a palavra aos cidadãos e promover uma cidadania ativa e vigilante também no património cultural. Para que tal seja possível, as ONG necessitam de uma maior capacitação que vem não só da existência e/ou disponibilização de recursos financeiros, como de serviços e recursos partilhados entre as ONG que tenham em conta a existência de problemas e necessidades comuns e, a partir daí, organizar linhas de intervenção. O papel do Fórum do Património parece ser estruturante nesta perspetiva. Um dos serviços mais importantes para as ONG é o apoio jurídico que permita uma melhor intervenção nas ações de salvaguarda e proteção concretas.

As ONG apostam também nas boas práticas. Este parece ser um modelo de atuação que recolhe as opiniões favoráveis e permite competências para a educação para o património.

A comunicação é também outros dos eixos que estruturam as opiniões das ONG. Quer com as entidades da tutela do património, em que a presença junto dos órgãos decisivos é apenas um fácies, quer com a comunicação social. Ou seja, as ONG entendem que há uma comunicação para o exterior que deve ser reforçada, embora não se apontem linhas que orientem essa comunicação. Ausente desta análise estão ações no campo da comunicação digital, sobretudo a utilização das redes sociais como forma de cumprir os objetivos das associações.

A par de medidas e propostas mais clássica, as ONG apresentam propostas mais atuais, embora em menor dimensão: redes de proximidade entre cidadãos, ou redes digitais de partilha de informação, mas que permanecem residuais naquilo que é a esfera tradicional de trabalho das associações: uma maior participação nas estruturas de decisão, ações de sensibilização e divulgação, apoios e benefícios financeiros.

Parece ser evidente, para o geral das ONG que houve, em época de pandemia um crescimento da consciência da relevância dos bens patrimoniais e da importância de uma fruição física destes espaços. Embora tenha sido possível um alargamento da partilha do património, sobretudo por via digital, a apropriação do espaço permanece como essencial em qualquer ação referente ao património cultural. Pedem-se novas abordagens no pós-pandemia. Trabalho esse que cabe a cada cidadão também fazer, através das estruturas associativas ao dispor na sociedade civil.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

EUROPA NOSTRA, *Consultation on the impact of COVID-19 on the heritage world*, <https://www.europanostra.org/europa-nostra-launches-wide-consultation-on-the-impact-of-covid-19-on-the-heritage-world/>

Horta, Maria de Lourdes, Evelina Grunberg, Adriane Monteiro (1999), *Guia Básico de Educação Patrimonial*, Brasília, IPHAN, Museu Imperial.

Neves, José Soares (coord.), Sofia Macedo, Maria João Lima, Jorge Santos e Ana Paula Miranda (2020), *Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19. Relatório*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.

5. ANEXOS

5.1. Anexo I. Grelha temática

1º nível	2º nível
Economia do Património	Lógica turística para o PCC; Desinvestimento no património; Perda de visitantes de sítios; Património e setor imobiliário; Perda de rendimentos
Salvaguarda e valorização	Projetos de valorização do PCC; Conservação do PCC; Abandono do PCC; Degradação e destruição do PCC; Salvaguarda do património (inventariação e classificação)
Políticas Públicas	Estratégias claras, sólidas e participadas de salvaguarda, gestão e promoção do património; Intervenção autárquica; Património e interesses privados
Investigação	Estudos técnicos sobre o PCC; Recursos Humanos no PCC
Participação da Comunidade	Processo decisório das ONG; Participação cívica nos processos de valorização do património; Ações de proximidade entre a comunidade e o PCC, acesso digital
Oportunidades	Formação em património; Valorização; Intervenções lesivas; PCC e meios digitais; Projetos do património não estão em risco
Gestão do património cultural	Intervenção das entidades governativas; Debates alargados sobre modelos de gestão do património; Linhas de financiamento; Interação entre poder local e central; Crescimento desordenado dos núcleos urbanos; Usos inadequados do património; Intervenção qualificada em PCC
Legislação	Legislação inexistente e atualização da existente; Regulamentação da legislação; Instrumentos de Ordenamento do Território e a realidade; Legislação de proteção as associações
Governança do património cultural	Avaliação realística da realidade e estratégias em consonância; Integração das ONG nas estruturas decisivas da tutela; Delegar nas ONG meios financeiros para execução de projectos; Inclusão das ONG nas estratégias de mitigação dos impactos da COVID-19
Capacitação das ONG	ONG e inventários do património; Apoio financeiro; Banco técnico-científico; ONG e meios de comunicação social; Ações de esclarecimentos e de formação Desburocratização e simplificação do acesso das ONG a financiamento
Acessibilidade do património	Usufruto comunitário do PCC; Digitalização do património; Redes digitais de partilha de informação; Educação

Apoio para o período pós COVID-19	Informações claras e precisas para funcionamento do património; Ajuda técnica aos monumentos para reabertura; Segurança dos sítios
Património e Turismo	Dependência do turismo; Controlo dos fluxos turísticos
Educação Patrimonial	Sensibilização e divulgação; Formação em vários níveis; Encontros
Ligação com cidadãos	Vigilância ativa do património; Participação dos cidadãos; estabelecimento de redes de proximidade
Serviços e Recursos Partilhados	Problemas transversais; Apoio jurídico; Bolsa de técnicos com informação sobre fundos comunitários; Plataformas agregadoras; Fundo financeiro
Comunicação	Entidades governativas; Meios de comunicação social; Redes de contactos dos cidadãos
Empoderamento das ONG	Benefícios fiscais para membros das ONG; Conselhos municipais; Mais voz às associações de defesa do Património; ONG mais variadas; Ação judicial Qualificação e capacitação profissional dos agentes
Ações específicas	Boas práticas; Levantamentos de campo; Benefícios fiscais na reabilitação do PCC; Vandalismo; Arrendamento dos edifícios nos centros históricos, habitação de longa duração; Descaracterização dos bairros históricos

5.2. Anexo II. Declaração Final Fórum do Património 2017

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017

Unir as ONG em defesa da Nossa Herança Comum

DECLARAÇÃO FINAL

Considerando que enfrentamos uma época caracterizada pela alteração das formas de viver e habitar, com especial impacto nas zonas urbanas, importa garantir que, nessa viragem, não se percam de vista valores tão essenciais como os da identidade e da memória, pilares da coesão social e da união entre os povos.

Tendo em mente que o Património Cultural Construído encerra em si estes valores, afirmando-se como testemunho civilizacional, importa acautelar que o mesmo possa ser devidamente protegido e valorizado. Este património é visto pelas ONG subscritoras deste documento numa perspetiva alargada, desde as paisagens culturais ao património urbano, património edificado (religioso, militar, senhorial, vernacular e industrial), não perdendo de vista as questões ambientais e os valores intangíveis específicos dos sítios culturais;

Considerando estes princípios, e tendo em vista o horizonte de 2018 em que iremos comemorar o Ano Europeu da Herança Cultural, ocasião que proporciona uma oportunidade única para mobilizar e ligar as Organizações da Sociedade Civil, dedicadas à promoção da herança cultural no espaço europeu, as Organizações Não Governamentais (ONG) presentes no Fórum do Património que decorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 10 de abril de 2017, comprometem-se a juntar esforços para pôr em prática as seguintes ações:

Sobre as ONG

1. Dar continuidade à necessária articulação das ONG do património conseguida por ocasião do Fórum 2017, de modo a que seja possível implementar uma estratégia comum.
2. Promover estratégias que visem garantir o financiamento sustentável, e sem constrangimentos, das atividades das ONG do património tendo em conta o papel que estas desempenham em prol da defesa de uma herança comum.
3. Prosseguir linhas de atuação que incentivem a coordenação das ONG do património com entidades públicas e privadas relevantes para a defesa da nossa herança comum, de âmbito nacional, europeu ou internacional.

Sobre a Legislação

4. Pugnar para que seja implementado o que se encontra definido no art.º 10 da Lei de Bases do Património (107/2001 de 8 de Setembro), nomeadamente no ponto n.º 1 que consigna a importância do

contributo ativo das Associações na gestão do património cultural, ou no artigo nº 5 sobre a participação das estruturas associativas de defesa do património cultural junto da Administração Pública na conceção de planos e ações que respeitem à proteção e valorização do património cultural;

5. Propor e acompanhar junto do Governo e da Assembleia da República medidas legislativas relevantes na área do património;

6. Exigir, junto da Administração Central, Regional e Local que o ordenamento do território e a gestão do património, particularmente o que se encontra classificado, ou em vias de classificação, bem como das suas respetivas zonas de proteção, sejam reforçados com a adoção clara dos princípios consignados na Lei e nas normas internacionais, sobretudo numa época em que se nota uma crescente pressão sobre as zonas históricas dos núcleos urbanos, evitando-se assim a sua captura pelos interesses particulares e de curto prazo, em detrimento dos coletivos e de futuro;

7. Contribuir para que a salvaguarda do Património Industrial e do Património Rural tenha cada vez mais expressão nas políticas nacionais definidas tanto a nível central, como local, dado que grande parte dos conjuntos, edifícios e objetos da sua cultura material não são devidamente estudados, protegidos ou valorizados, encontrando-se assim em grave risco.

Sobre o Estudo, o Ensino e a Formação

8. Promover o ensino em conservação do património cultural, nomeadamente colaborando com as entidades responsáveis para que os currículos escolares reforcem a componente da “Educação para o Património”, apoiando, simultaneamente, todas as iniciativas que possam garantir a implementação da mesma;

9. Apoiar e promover o estudo e a formação técnica na área do património construído em todas as suas vertentes (projeto, construção, fiscalização, gestão, etc.), de modo a contribuir para a melhoria da qualificação dos técnicos das entidades públicas, empresas e profissionais em geral, imprescindíveis na elaboração e execução de projetos e obras;

10. Pugnar, perante os Organismos Públicos e Privados, que todos os profissionais e empresas que intervêm no Património sejam devidamente qualificados de forma a garantir a máxima qualidade e a adequação das intervenções e dos usos;

11. Apoiar as entidades públicas e privadas na elaboração dos programas de reabilitação do património cultural construído, contribuindo tanto na definição das metodologias de intervenção mais adequadas, como na identificação de usos compatíveis;

12. Participar nas equipas técnicas que promovam a classificação e a inventariação de bens patrimoniais e culturais, sobretudo daqueles que se encontram mais ameaçados.

Lisboa, 10 de abril de 2017